

CONTEXTO DA PRECARIZAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NUM MUNICÍPIO DO INTERIOR DA BAHIA

Daniela Oliveira Vidal da Silva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
danielaovdasilva@gmail.com

Vera Lúcia Fernandes de Brito

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
vlfbrito@gmail.com

Eliane Guimarães de Oliveira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
elianegbi@yahoo.com.br

Erivan Coqueiro Sousa

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
erivanconsultoria01@gmail.com

Cláudio Pinto Nunes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
claudionunes@uesb.edu.br

Resumo: Este artigo apresenta dados de uma pesquisa realizada com professores da rede pública municipal, na cidade de Tremedal-BA, que envolveu 155 docentes que atuam no ensino fundamental e é parte integrante de uma pesquisa que envolve todo o Território de Identidade de Vitória da Conquista - BA - TIVC¹. Este estudo tem a intenção de apresentar as condições de trabalho destes docentes quanto à precarização e intensificação do trabalho docente. A pesquisa revelou que a maioria dos participantes encontra-se em situações confortáveis, porém é preciso estabelecer prioridades para superar os desafios expostos, traçar caminhos, formular estratégias e políticas que permitam aos educadores modificarem o quadro educacional brasileiro.

Palavras-chave: Condições de trabalho. Trabalho docente. Valorização docente

¹ O Programa Territórios de Identidade foi instituído pelo Decreto 12.354, de 25.08.2010, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social dos Municípios do Estado da Bahia. O município de Tremedal-BA está localizado no Sudoeste Baiano e faz parte do Território de Identidade de Vitória da Conquista (TIVC), que é composto por 24 municípios, são eles: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mortugaba, Mirante, Planalto, Poções, Piripá, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista.

Introdução

A sociedade atual vive momentos de incertezas políticas e econômicas, que refletem no contexto educacional e social. Os diversos conflitos, o ritmo acelerado de produção tecnológica e as exigências do mundo globalizado alteram as relações vividas no mundo do trabalho e consequentemente afetam os sujeitos envolvidos neste mundo.

A escola é um cenário onde tal problemática está presente. Estas alterações interferem diretamente na qualidade da educação escolar, pois é a intensificação e a precarização do trabalho que refletem na condição de trabalho do profissional docente e, por conseguinte, na qualidade do ensino.

Este artigo pretende desenvolver uma análise acerca das condições de trabalho docente e para isso apresenta dados sobre a intensificação e a precarização do trabalho destes profissionais na realidade educacional do município de Tremedal – Bahia.

Vale ressaltar que este texto é composto por resultados parciais de uma pesquisa maior que tem por objetivo analisar as condições de trabalho e desenvolvimento profissional docente, nos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano – TISB, considerando as especificidades das atividades dos profissionais da zona rural e urbana, as políticas públicas educacionais que são executadas e a compreensão de como ocorre o processo formativo destes professores.

Figura 1 – Mapa dos novos limites do Território de Identidade de Vitória da Conquista



Fonte: SEPLAN/BAHIA, junho de 2011

De acordo com dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC 2015, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (IBGE, 2015) o município de Tremedal consta de uma população estimada no ano de 2016 em 17.854 habitantes, possui 37 escolas que ofertam educação de Ensino Fundamental e neste seguimento de ensino tem 155 professores.

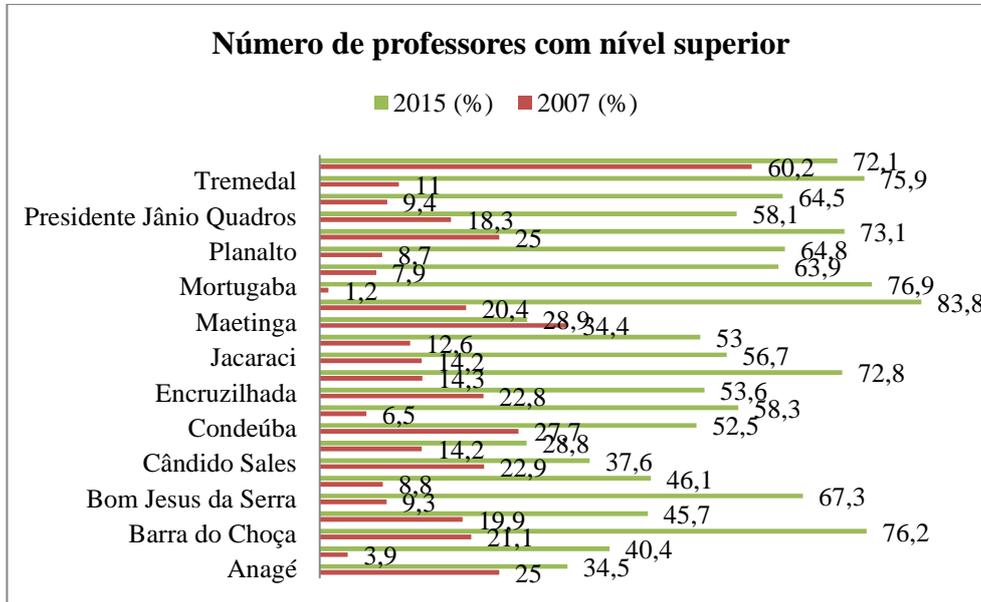
O delineamento do campo de pesquisa e interesse pelo estudo deu-se inicialmente pela importância do município de Vitória da Conquista na formação de professores e por este ser constituído num pólo de instituições educacionais que ofertam cursos superiores. Conforme destaca Silva (2015, p. 28):

Em primeiro lugar está a relevância desse espaço para a formação de professores, uma vez que o município de Vitória da Conquista, pertencente ao Território, é um importante centro de formação em nível superior por conta das diversas instituições públicas e privadas existentes que agrega. Esse desenvolvimento na área educacional fez com que muitos moradores das cidades vizinhas migrassem para Vitória da Conquista para terem acesso à formação. (SILVA, 2015, p. 28).

Dando continuidade ao estudo, procedeu-se a um levantamento do quantitativo de professores com nível superior em cada um dos municípios do Território de Identidade de Vitória da Conquista (TIVC), realizado a partir dos dados disponibilizados na Plataforma Online denominada Observatório do PNE. Os dados disponíveis permitiram identificar, em cada município, o número de docentes com formação em nível superior, usando o recorte temporal, o período de 2007 a 2015.

Tendo em vista a quantidade de municípios e a extensão territorial do TIVC, foi necessário definir critérios para a escolha do município no qual a pesquisa de campo seria realizada nesta etapa da pesquisa. O primeiro critério adotado a partir de um estudo comparativo foi identificar os três municípios do território que tiveram maior percentual de aumento no número de professores com formação em nível superior, comparando o ano de 2007 com ano de 2015, conforme pode ser observado na figura2.

Figura 2 – Quadro comparativo do número de docentes com nível superior no TIVC



Fonte: Elaborada a partir de dados do IBGE/MUNIC/Observatório PNE

Identificou-se que o município que mais aumentou o número de professores com formação superior entre 2007 e 2015 foi Mortugaba, que tinha em 2007 apenas 1,2% docentes formados, passando em 2015 para 76,9%, equivalente a um aumento de 75,7%. Em seguida aparece o município de Tremedal com 11% em 2007 e no ano de 2015 com 75,9% de professores com nível superior, representando um aumento de 64,9%. Já o município de Mirante aparece em terceiro lugar no estudo comparativo, tendo em 2007 percentuais de 20,4%, subindo para 83,8% em 2015, o que equivale a 63,4% de aumento.

A partir dos dados identificados na análise do primeiro critério escolhido, adotou-se o critério de distância territorial na escolha do município para realização da coleta de dados *in loco*, tomando com referência geográfica o município de Vitória da Conquista, considerando sua importância como centro de formação de professores. Seguido este critério chegou-se à escolha de Tremedal para desenvolvimento do estudo em questão, sendo um desejo, dar continuidade à pesquisa, *a posteriori*, em todo o Território de Identidade do Sudoeste da Bahia.

Este município está localizado a 83 km de Vitória da Conquista e a coleta de dados ocorreu na jornada pedagógica municipal, em fevereiro de 2017, momento em que estavam reunidos todos os docentes do ensino fundamental da rede municipal de ensino.

A base metodológica para a produção deste artigo está fundamentada em pressupostos teóricos que refletem diversos aspectos das questões aqui analisadas, sendo, portanto, um estudo do tipo exploratório, de cunho bibliográfico, documental e de campo, por meio de natureza quali-quantitativa. A relação entre quantitativo e qualitativo não pode ser pensada como oposição contraditória, para Minayo (2001) é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais concretos e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente e vice-versa.

Já a coleta de dados *in loco* ocorreu num universo representado através do contato direto com professores da rede municipal do ensino fundamental no Município de Tremedal, Bahia. O instrumento utilizado foi o questionário com questões fechadas envolvendo os diversos aspectos do trabalho docente que contribuem para desvelar singularidades do trabalho docente, a saber: jornada de trabalho (incluindo tempo dedicado ao trabalho, fora da escola), quantidade de alunos por turma, remuneração e se é preciso desenvolver outra atividade remunerada para complementação salarial, quantitativo de turmas em que leciona e disciplinas que ministra.

Outras questões também foram incluídas na pesquisa e serão apresentadas em outros trabalhos, tais como a insuficiência de recursos financeiros, carência de pessoal administrativo, apoio pedagógico (coordenador, supervisor, orientador pedagógico), falta de recursos pedagógicos, alto índice de faltas por parte dos professores e alunos, problemas disciplinares causados por alunos e dados referentes à saúde destes profissionais.

Para o tratamento dos dados coletados utilizamos o *Excel* para fazer a tabulação e extrair os gráficos necessários para análises, e neste aspecto contamos com a colaboração de autores, como: Assunção e Oliveira (2009; 2010), Oliveira (2004; 2006), Fernandes (2010), Sampaio e Marin (2004), entre outros.

Análise histórico-conceitual das condições de trabalho

A análise sobre as condições de trabalho docente devem perpassar primeiro pela contextualização histórica das condições do trabalhador em geral, já que as conquistas e lutas garantiram, historicamente, os direitos de toda a classe trabalhadora. Diversos fatores caracterizam as condições de trabalho de diversos profissionais, como: o conjunto de recursos que possibilitam a realização do trabalho, a qualidade nas relações de emprego e processo de trabalho, envolvendo recursos materiais, instalações físicas, formas de contratação, remuneração salarial, plano de carreira e estabilidade.

Historicamente é necessário analisar as condições de trabalho, suas implicações sociais e econômicas, a partir do modelo capitalista de produção em que o acúmulo de riquezas é pautado na exploração da força de trabalho, discussões pautadas em Marx (1996, p. 17):

(...) o agente do processo de trabalho, como pura força de trabalho subjetiva, desprovida de posses objetivas, se disponha ao assalariamento regular, enquanto, para os proprietários dos meios de produção e de subsistência, a exploração da força de trabalho assalariada é a condição básica da acumulação do capital mediante relações de produção já de natureza capitalista. (Marx, 1996, p. 17)

A relevância em discutir este tema está pautada na discussão de Oliveira e Assunção (2010) quando estas autoras afirmam que os efeitos das condições em que os trabalhadores exercem suas atividades sobre eles próprios e sobre os resultados almejados, ou seja, a exposição aos riscos de adoecimento e os níveis de segurança nos ambientes ocupacionais, influenciam diretamente a vida dos sujeitos.

As condições de trabalho docente: análise teórica da realidade nacional

Neste contexto observamos que o cenário das condições de trabalho docente precisa ser analisado a partir das reformas educacionais que o Brasil passou a viver na década de 1990. Reformas marcadas pela busca de justiça social, no sentido de ampliar o atendimento educacional para os que não têm acesso e aos que não podem manter-se na escola. Segundo Oliveira e Assunção (2009, p. 350), “os princípios que orientam essas iniciativas são de promoção da

equidade social, buscando a redução das desigualdades sociais, por meio da oferta educativa às populações em situação vulnerável”.

Nessa conjuntura, a descentralização administrativa e financeira regula a centralização da gestão escolar, ou seja, as escolas passam a ter autonomia na administração dos recursos recebidos dos seus entes federativos, o que se resume no repasse de responsabilidades do âmbito central para o local. Quanto às atribuições da gestão, temos: os financiamentos, a regularidade e ampliação dos exames nacionais de avaliação, maior flexibilidade curricular, avaliação institucional e a participação da comunidade, que compõem a gestão democrática, uma conquista obtida no plano legal a partir da Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, sendo assim, as escolas obtêm maior autonomia nas suas dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras.

A respeito das condições nas quais o trabalho docente ocorre neste contexto, observa-se a tendência de transpor para o ambiente escolar a mesma lógica organizativa do setor privado de bens e serviços, acirrando o processo de mercantilização da educação. Sem dúvidas essas mudanças têm implicações no trabalho do professor e nesse aspecto Oliveira (*apud* ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009), demonstra que:

[...] a persecução de maior equidade social, resultando na incorporação de novos setores sociais aos sistemas escolares em um cenário marcado pela contenção de gastos e restrições de recursos, tem efeitos diretos sobre as condições de trabalho e a remuneração dos docentes, o que pode estar pondo em risco a qualidade da educação. (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009, p. 351)

Com base na reconfiguração da organização escolar é possível enumerar diversos fatores que comprometem a qualidade da educação, a definição de um “bom trabalho” e a saúde dos professores, como: a intensificação do trabalho docente, a precarização da educação, massificação do ensino, dificuldades em reestruturar o trabalho docente em demanda das novas necessidades organizacionais e pedagógicas em decorrência da ampliação e complexidade assumidas pela escola no final do século passado. Essa reconfiguração da organização escolar tem, implicado a emergência de novas funções, a reorientação de obrigações e tarefas antes destinadas a tradicionais cargos e funções no interior do processo de trabalho docente. Porém, consideraremos

neste estudo a intensificação e a precarização do trabalho docente e suas implicações nas condições de trabalho deste profissional.

Precarização e intensificação do trabalho docente: analisando a realidade pesquisada

Segundo Fernandes (2010) o conceito de precarização do trabalho, toma a conotação de um círculo vicioso. Ao mesmo tempo em que o sujeito docente teve a sua condição de trabalho precarizada, como parte da reestruturação da escola no novo modelo de organização econômica, em especial nas últimas décadas do século passado, a própria situação de trabalhador escolar precarizado traz graves comprometimentos para a organização do ensino. Para Sampaio e Marin (2004), a precarização do trabalhador escolar acarreta graves consequências na estruturação e nas práticas curriculares.

Assim, a precarização do trabalho docente precisa ser analisada dentre diversos fatores, como: necessidade de escolaridade e de professores; salário; condições de trabalho - carga horária de trabalho/de ensino, tamanho das turmas, razão professor/alunos, rotatividade/itinerância e ainda perceber que esses fatores interferem diretamente nas mudanças curriculares e na qualidade do ensino.

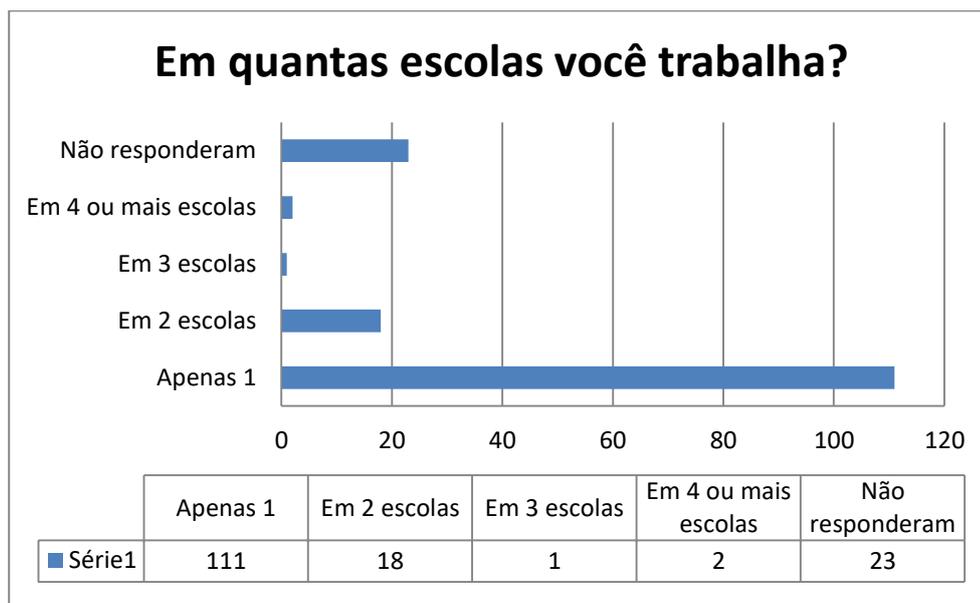
As consequências na estruturação, nas mudanças das práticas curriculares e na qualidade do ensino podem ser observadas no plano legal, quando na LDB n. 9.394/96, constatamos que o “trabalho docente não se restringe à sala de aula, mas que contempla ainda as relações com a comunidade, a gestão da escola, o planejamento do projeto pedagógico, a participação nos conselhos”, dentre outras funções que sobrecarregam e intensificam a atividade docente.

Para Oliveira (2006, p. 213), “a intensificação do trabalho assume características específicas na realidade latino-americana”. Essa autora descreve três dimensões em que pode ser verificada a intensificação do trabalho docente. Uma primeira, que ocorre na própria jornada de trabalho e se caracteriza por estratégias mais sutis e menos visíveis de exploração, ou seja, os docentes tendo que assumir novas funções e responsabilidades, a fim de responder às exigências dos órgãos do sistema, bem como da comunidade, advindas das reformas educacionais e que se aproximam das descritas anteriormente. Essas novas práticas são identificadas, segundo essa

autora, pela pedagogia de projetos, transversalidade dos currículos, avaliações formativas, entre outras. Nesse sentido, os trabalhadores docentes se sentem forçados a dominar novos saberes e buscar, mesmo com o tempo comprimido, novas competências para o exercício da sua função.

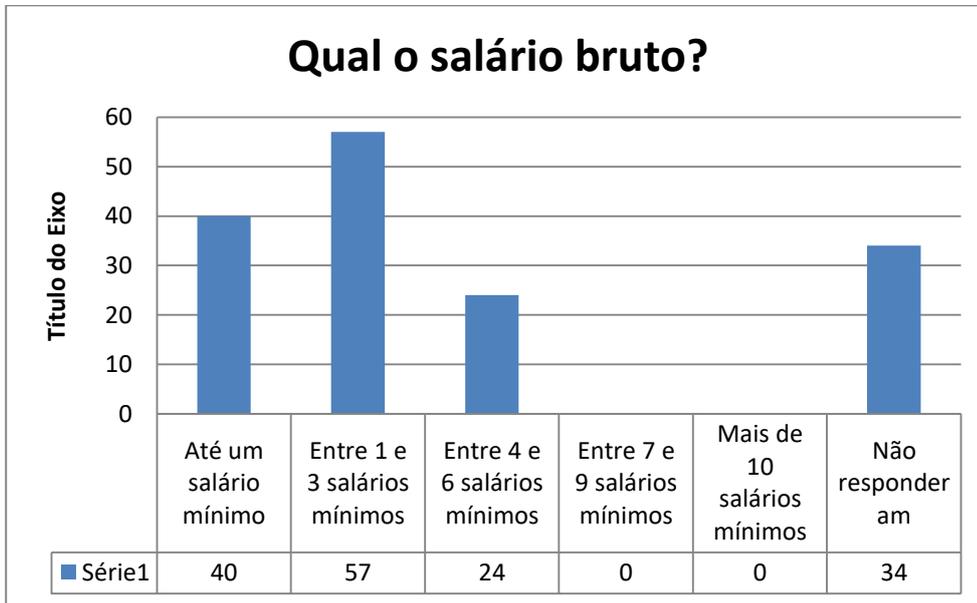
Outro aspecto identificado por Oliveira (2006) como intensificação do trabalho se refere à ampliação da jornada individual de trabalho em razão de o docente assumir mais de um emprego. Segundo esta autora, os professores que trabalham em escolas públicas costumam assumir mais de uma jornada de trabalho como docentes, em diferentes estabelecimentos públicos e/ou privados. Um mesmo professor leciona em dois ou até três estabelecimentos distintos, em geral, por necessidade de complementação do salário, tendo em vista que a remuneração do magistério na América Latina é muito baixa, comparativamente a outras funções exigentes de formação profissional similar.

Figura 2: Em quantas escolas trabalham os professores de ensino fundamental da rede municipal de Tremedal-BA



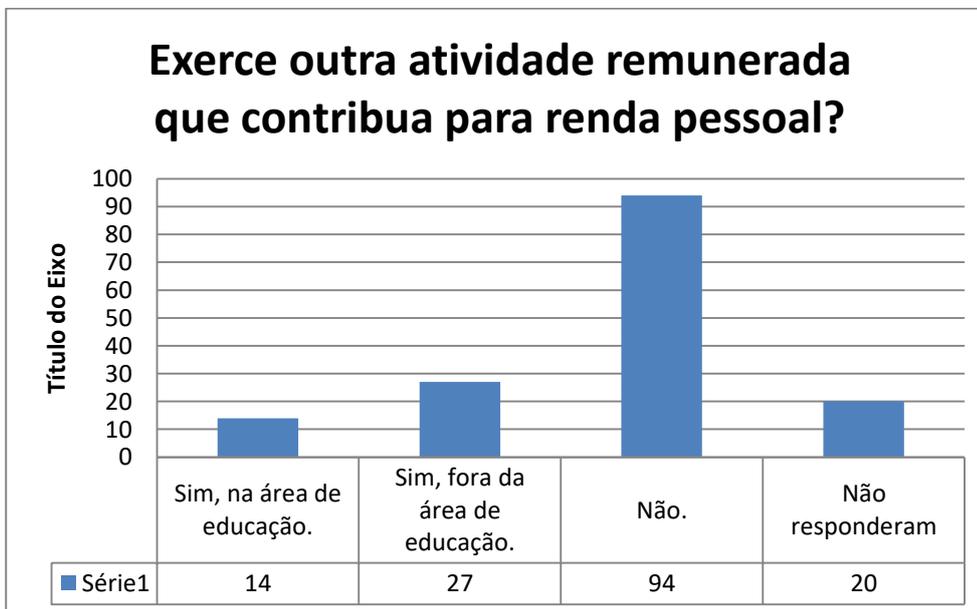
Fonte: Questionário aplicado com os professores de ensino fundamental de Tremedal – BA

Figura 3: O salário bruto, com adicionais, se houver, dos professores de ensino fundamental da rede municipal de Tremedal-BA



Fonte: Questionário aplicado com os professores de ensino fundamental de Tremedal - BA

Figura 4: Exercício de outra atividade remunerada que contribua para a renda pessoal, dos professores de ensino fundamental da rede municipal de Tremedal-BA



Fonte: Questionário aplicado com os professores de ensino fundamental de Tremedal - BA

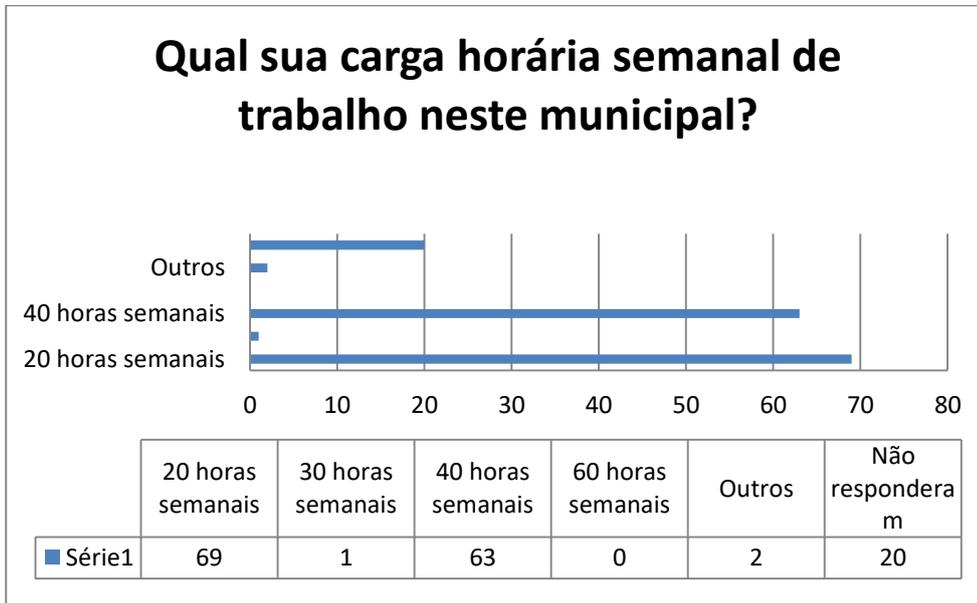
Ao analisarmos os questionários, percebemos que a maior parte dos participantes da pesquisa trabalham em apenas um escola e não exerce outra atividade remunerada, conseguindo manter suas despesas com a média de 1 a 3 salários mínimos. Observamos em outra pergunta que essa maioria tem uma carga horária de trabalho de 20h semanais.

Com base nos estudos de Sampaio e Marin (2004), podemos constatar que a média salarial dos professores da educação básica brasileira esteve, em 1997, abaixo da média de outros países. Com o passar dos anos de atividade docente, a situação salarial brasileira melhora um pouco, por meio dos incentivos dados como adicionais por tempo de serviço e qualificação profissional, mesmo assim continua abaixo da média salarial de outros países.

Neste quesito percebemos que a maioria dos docentes de Tremedal recebem entre 1 e 3 salários mínimos, mas essa estatística se aproxima dos que responderam receber menos de um salário mínimo. Fica aqui a necessidade de em outro trabalho analisarmos os planos de carreira e salários deste município e se suas legislações atendem às exigências do Piso Salarial Nacional.

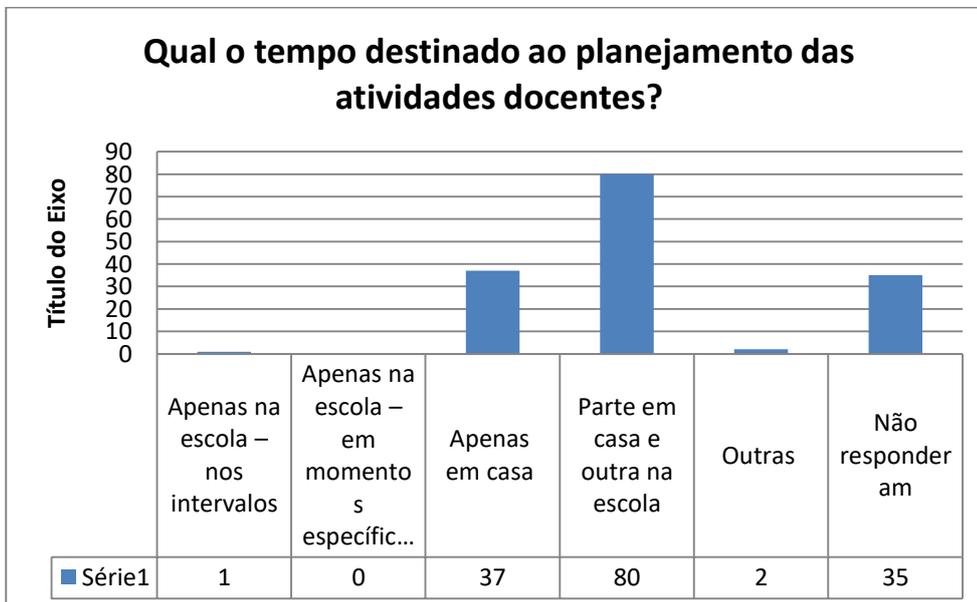
Uma terceira forma de intensificação do trabalho docente, demarcada por Oliveira (2006), é aquela decorrente da extensão da jornada dentro do próprio estabelecimento escolar em que o profissional atua. Trata-se de um aumento das horas e carga de trabalho, sem qualquer remuneração adicional. Ou seja, as atividades docentes extrapolam a jornada de trabalho e o profissional é obrigado a levar trabalho para casa.

Figura 5: Carga horária semanal de trabalho dos professores de ensino fundamental da rede municipal de Tremedal-BA



Fonte: Questionário aplicado com os professores de ensino fundamental de Tremedal - BA

Figura 6: Tempo destinado ao planejamento das atividades docentes, dos professores de ensino fundamental da rede municipal de Tremedal-BA

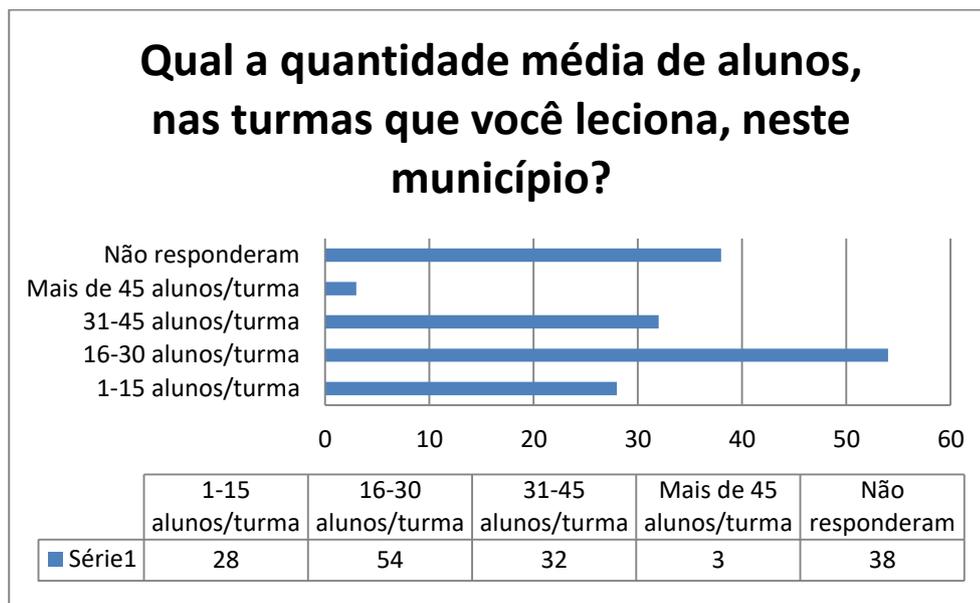


Fonte: Questionário aplicado com os professores de ensino fundamental de Tremedal - BA

Neste caso observamos que a maioria dos docentes do ensino fundamental de Tremedal-BA, utiliza seu tempo particular para dedicar-se às atividades que envolvem o fazer docente, realizando os planejamentos pedagógicos em casa. Vale ressaltar que essas horas dedicadas não são remuneradas e, muitas vezes, privam estes profissionais de dedicar horas de seu tempo fora do ambiente de trabalho, a afazeres domésticos, lazer, leituras informativas, estudos, cuidados com a saúde, atividades físicas, dentre outros.

Outra faceta diretamente associada às condições de trabalho docente diz respeito ao tamanho e quantidade das turmas, quantidade de disciplinas com as quais os professores devem trabalhar, e nesse aspecto verifica-se uma queixa constante dos professores, pois trabalham com turmas excessivamente numerosas, contando com a evasão de alunos para atingir uma composição numérica mais equilibrada, ou seja, matriculam mais alunos por turma na certeza de que muitos irão desistir e assim chegar a um quantitativo ideal de alunos por turma.

Figura 9: Quantidade média de alunos nas turmas em que os docentes de ensino fundamental da rede municipal de Tremedal-BA lecionam



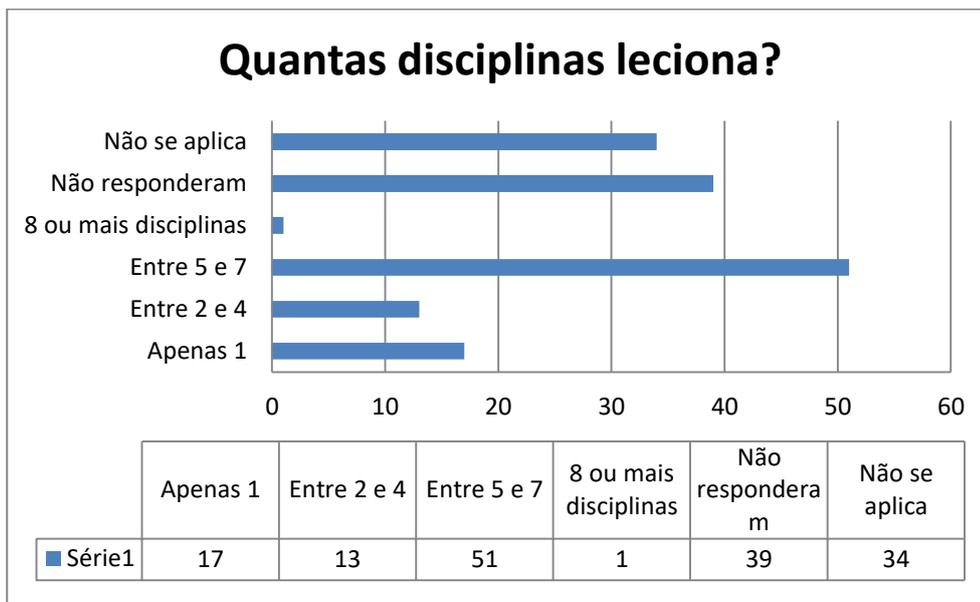
Fonte: Questionário aplicado com os professores de ensino fundamental de Tremedal – BA

O que verificamos no município pesquisado e que está expresso no gráfico acima (figura 9), é que a quantidade média de alunos nas turmas de ensino fundamental deste município, na

visão de 58 dos respondentes, é de 16 a 30 alunos. Já 32 dos respondentes afirmam que suas turmas são compostas por 31 a 45 alunos.

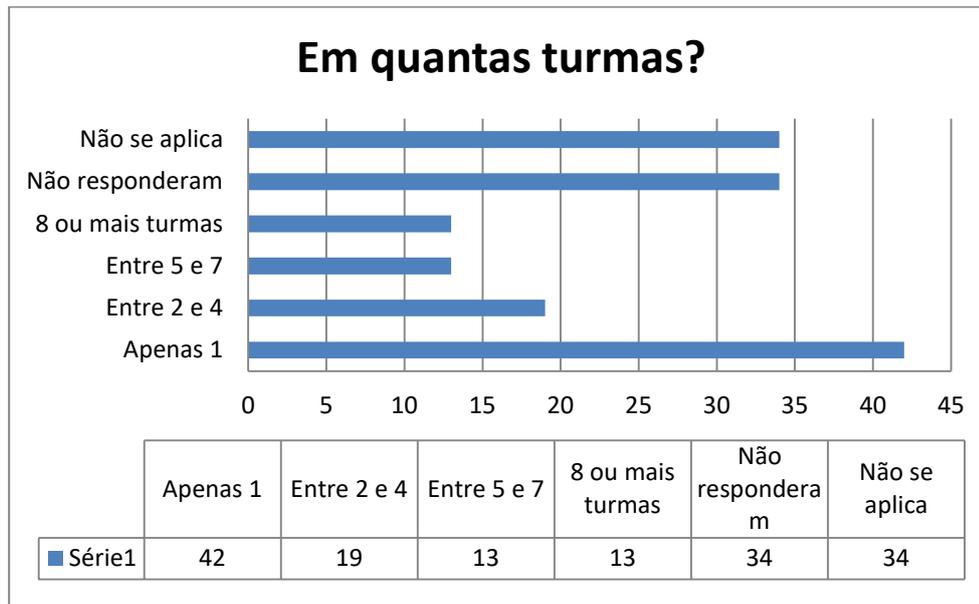
A faceta do tamanho das turmas relaciona-se diretamente com questões envolvendo a quantidade de disciplinas que os professores ministram e a quantidade de turmas que são responsáveis. Essa é uma situação muito comum na organização das escolas brasileiras e um elemento de forte incidência sobre a precarização do trabalho do professor, o qual para preencher sua carga horária de trabalho que lhe forneça subsistência, precisa trabalhar com um volume grande alunos e turmas e com disciplinas que normalmente não possui formação, para compor sua carga horária de trabalho.

Figura 7: Quantidade de disciplinas ministradas pelos professores de ensino fundamental da rede municipal de Tremedal-BA



Fonte: Questionário aplicado com os professores de ensino fundamental de Tremedal – BA

Figura 8: Quantidade de turmas em que os docentes de ensino fundamental da rede municipal de Tremedal-BA trabalham



Fonte: Questionário aplicado com os professores de ensino fundamental de Tremedal – BA

Verificamos na análise dessas questões que 51 dos respondentes lecionam entre 5 e 7 disciplinas em apenas 41 turmas, o que nos leva a pensar que a maioria dos respondentes são professores das séries iniciais do ensino fundamental, já que é comum os professores dessas séries, ministrarem aula de todas as disciplinas. A análise destes dados revelou fragilidade na tabulação dos mesmos e, por isso, seja preciso tabular e analisar os dados da pesquisa em gráficos que separem os professores das séries iniciais dos professores das séries finais do ensino fundamental, para gerar gráficos comparativos nesses níveis de ensino.

Nos aspectos selecionados para a discussão sobre a intensificação e precarização do trabalho docente e suas implicações na condição de trabalho deste profissional foi possível verificar que dos 155 participantes:

- 111 trabalham em apenas uma escola; 18 em duas escolas; 1 em três escolas; 2 em quatro ou mais escolas e 23 não responderam;
- 57 recebem entre um e três salários mínimos; 40 até um salário mínimo; 24 entre quatro e seis salários mínimos e 34 não responderam;

- 94 não exercem outra atividade remunerada que contribua para renda pessoal; 27 exercem outra atividade remunerada fora da área de educação; 14 exercem atividade remunerada na área de educação e 20 não responderam;
- 69 trabalham 20h semanais; 1 trabalha 30h; 63 trabalham 40h e 20 não responderam;
- 80 realizam planejamento das atividades docentes parte em casa e outra na escola; 37 apenas em casa; 1 apenas na escola nos horários de intervalos e 35 não responderam
- 54 possuem de 16-30 alunos por turma; 32 possuem 31-45; 28 possuem de 1-15 e 38 não responderam;
- 51 ministram 5-7 disciplinas; 17 apenas uma; 13 de 2 a 4 disciplinas; 39 não responderam e 34 não se aplicam;
- 42 trabalham em apenas uma turma; 19 de duas a quatro turmas; 13 de cinco a sete turmas; 13 de oito ou mais turmas; 34 não responderam e 34 não se aplicam.

Considerações finais

Nos aspectos selecionados para a discussão sobre a intensificação e precarização do trabalho docente e suas implicações na condição de trabalho deste profissional, foi possível verificar que é por causa das demandas e cobranças atribuídas aos professores, que muitos adoecem e se sentem únicos responsáveis pelo desempenho de seus alunos, como se, sozinhos, tivessem que resolver todas as fragilidades dos sistemas educacionais.

Neste aspecto, Fernandes e Rocha (2008), alertam que geralmente os professores “subestimam suas necessidades de saúde e se conformam com o quadro desanimador em que se encontram, o que chama a atenção para a necessidade de ações de promoção de saúde para este grupo de trabalhadores” e de formação continuada que permita reflexões e ações modificadoras deste quadro.

Na presente pesquisa foi possível constatar que os docentes do município de Tremedal trabalham em apenas uma escola e não exerce outra atividade remunerada, conseguindo manter

suas despesas com a média de 1 a 3 salários mínimos, utilizam seu tempo particular para dedicar-se às atividades que envolvem o fazer docente, realizando os planejamentos pedagógicos em casa e que a quantidade média de alunos nas turmas de ensino fundamental deste município, na visão de 58 dos respondentes, é de 16 a 30 alunos, enquanto 32 dos respondentes afirmam que suas turmas são compostas por 31 a 45 alunos.

Estes dados que se apresentam nos fazem refletir que as demandas observadas precisam ser discutidas e aprofundadas. Mas, salientamos que há um grande movimento nas políticas públicas com vistas a suprir a defasagem de formação e de valorização do trabalho docente e mesmo assim as dificuldades e os embates continuam sendo inúmeros.

É preciso estabelecer prioridades para superar os desafios expostos, traçar caminhos, formular estratégias e políticas que permitam aos educadores modificarem o quadro educacional brasileiro, como um todo. E pequenas ações em âmbito municipal refletem não só na qualidade do trabalho docente, como também na qualidade do ensino e pode alcançar repercussões nacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases**: Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

FERNANDES, Marcos Henrique. ROCHA, Vera Maria da. Qualidade de vida de professores do ensino fundamental: uma perspectiva para a formação da saúde do trabalhador. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. V. 57, n. 1, p. 23-27, 2008.

FERNANDES, D.C. Precarização do trabalho. In: OLIVEIRA, Dalila.Andrade.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Perfil dos Municípios 2015. Rio de Janeiro, IBGE, 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2015/>>. Acesso em: 30 maio, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 44, p. 209-227, 2006.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Condições de trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A. M.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1203-1225, set-dez. 2004.

SILVA, Jussara Borges da. **A Política Nacional de Formação de Professores no Território de Identidade de Vitória da Conquista/Ba: o processo de regulamentação da educação a distância**. 2015.107. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGED - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista - BA.